



Sessão Coordenada 09

Luciane de Fatima Bertini

ALGUNS ASPECTOS SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES (DE MATEMÁTICA) EM UMA REGIÃO ORIUNDA DO GARIMPO DE DIAMANTES
Eliete Grasiela Both, Ivete Maria Baraldi

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS NO TERRITÓRIO ETNOCULTURAL “POVOS DO PANTANAL”
Vladimir Sérrgio Bondarczuk

CENÁRIO DA CRIAÇÃO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS NO ESTADO DE SÃO PAULO: UM TRABALHO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA
Karina Aparecida da Silva, Maria Edneia Martins-Salandim

Os trabalhos dessa sessão tinham em comum a discussão sobre a formação de professores de matemática tendo a História Oral como opção metodológica. O primeiro deles, apresentado em termos de intenções por se tratar de uma pesquisa de doutorado em fase inicial, envolvendo a formação em uma região de garimpo de diamante. Os demais, apresentados como parte de pesquisas de mestrado, envolvendo projetos de formação de professores indígenas.

Neste espaço, não me atarei a fazer uma breve descrição de cada trabalho uma vez que os seus resumos, bem como os textos integrais, estão disponibilizados nos anais do evento. Trarei, nestes comentários, elementos discutidos a partir dos meus apontamentos e dos apontamentos de outros participantes da sessão. Os pontos destacados, de acordo com a avaliação do grupo, podem ser elementos de reflexão para o desenvolvimento e para a escrita de relatórios/artigos que façam uso da História Oral como metodologia para discutir a formação de professores de matemática.

Um primeiro grupo de questões esteve relacionado às fontes, mais especificamente às fontes orais. De maneira geral discutiu-se a importância de se explicitar nos escritos quem são os depoentes e como foram selecionados, principalmente pela importância que eles têm na perspectiva da História Oral. Além disso, foi apontada a possível contribuição do acréscimo, no texto da apresentação,

do roteiro construído e utilizado no momento da entrevista. Para o leitor seria interessante conhecer: as opções do pesquisador na elaboração do roteiro; quais as relações entre essas opções e a temática/questão de pesquisa; como o roteiro foi (ou não) utilizado nas entrevistas; que questões ou temáticas foram planejadas e realizadas; quais foram planejadas, mas não foram abordadas; quais foram abordadas, mas não haviam sido planejadas. Enfim, sendo a entrevista um elemento central nas análises, seria interessante que o leitor pudesse ter acesso aos caminhos percorridos pelo pesquisador na elaboração e realização da mesma, considerando que esse tipo de entendimento poderia também contribuir para a leitura das análises realizadas e da narrativa apresentada. Afinal, os depoimentos não são documentos prontos que serão acessados, mas são documentos produzidos no processo de pesquisa.

Ainda, em relação às possibilidades para pesquisas que sejam realizadas tendo a História Oral como metodologia assumida, discutimos sobre as periodizações. O trabalho de Eliete Grasiela Both e Ivete Maria Baraldi assume que a pesquisa de doutorado tratará do período entre 1924 e a década de 1980. Ficou para o grupo a questão de como seria a mobilização da História Oral para discussões do período da década de 1920, por exemplo. O relatório da pesquisa poderá conter as definições de procedimentos de análise para o período anterior ao da criação do curso e de outros procedimentos para a análise da implementação e organização do curso, para a qual já foram selecionados alguns depoimentos.

Outra discussão geral foi motivada por uma afirmação presente no texto de Karina Aparecida da Silva e Maria Edneia Martins-Salandim, na página 6: “o campo científico da História orienta o trabalho de pesquisadores em Educação Matemática que lidam com a historiografia, enquanto a Educação Matemática sensibiliza seus pesquisadores para processos históricos que não saltariam aos olhos de historiadores com formação em História ou dos educadores da História da Educação”. Considerando a opção metodológica dos trabalhos e o fato de que não há um só entendimento de como considerar que a matemática está ou não presente em uma pesquisa, a discussão se deu no sentido de possibilidades de escrita que tenham como preocupação o leitor. Assim, apontou-se a possibilidade de que haja, nos relatórios de pesquisa, nas narrativas, alguma forma de explicitação dos aspectos que caracterizariam a leitura de um Educador Matemático, de como o olhar sensível de um Educador Matemático participa na produção dos resultados apresentados.

Especificamente sobre a apresentação dos resultados foram levantadas possibilidades de que se busque, de alguma forma, construir caracterizações das formações de professores em cada período e local estudado. No trabalho de Eliete Grasiela Both e Ivete Maria Baraldi, por exemplo, uma das considerações finais é a de que “os docentes que atuaram na Barra do Garça [...] atuaram, em sua grande maioria, sem formações específicas” (p. 10). Apesar de haver a compreensão que esses são resultados parciais a sugestão é a de que os resultados não apenas identifiquem a existência, ou não, de formações específicas, mas que também haja a preocupação em oferecer ao leitor o entendimento das pesquisadoras de como era, então, a formação (ainda que não específica) de professores naquele momento e local.

Na mesma direção, discutiu-se os resultados apresentados por Vlademir Sérgio Bondarczuk. O autor afirma que a criação de um curso voltado para a

formação de indígenas significou para eles um empoderamento. Mas, o empoderamento independe da forma como o curso foi planejado e executado? A simples existência do curso levaria ao empoderamento? Tais questões indicam uma possibilidade para a apresentação dos resultados: explorar as características do curso que privilegiam as afirmações (neste caso o empoderamento indígena). E mais, sendo a matemática já apontada como um elemento de inclusão e/ou de exclusão social seria interessante explorar/explicitar como ela aparece (ou não) como elemento neste processo de “empoderamento”.

Considerando a especificidade assumida nas três pesquisas com a filiação metodológica à História Oral, que privilegia a perspectiva dos participantes, destacou-se a importância de que tais perspectivas sejam consideradas e explicitadas na apresentação dos resultados. Uma das discussões envolveu, por exemplo, algumas afirmações feitas no trabalho de Karina Aparecida da Silva e Maria Edneia Martins-Salandim como: “No ano de 2003, houve um novo avanço para as escolas indígenas [...]” (p. 10); “as iniciativas para a formação de professores indígenas no Estado ainda está muito aquém do desejado” (p. 14); “as ações da Secretaria da Educação resumem-se à capacitação e cursos rápidos, retrocedendo em relação a um quadro que parecia favorável [...]” (p. 14). Mas, “avanço” em que perspectivas? “Aquém” de quais expectativas? “Retrocedendo” a partir da visão de quem? “Favorável” para quem? O trabalho envolveu diferentes perspectivas: a dos indígenas, a da Secretaria de Educação, a das pesquisadoras. Assim, espera-se que o relatório permita ao leitor a identificação de quais perspectivas estão sendo consideradas nas análises e “avaliações” do processo. A formação de professores indígenas, por exemplo, é uma necessidade (é importante) para quem?

De forma geral, as discussões estiveram voltadas para os aspectos metodológicos das pesquisas e de como tais opções metodológicas estão relacionadas ao desenvolvimento da pesquisa, ao processo de análise, e à escrita de textos que visem apresentar o trabalho realizado (seja ela um artigo, uma dissertação ou uma tese).